

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR EDGARD CAMARGO RODRIGUES –  
DD. CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO.**

**Ref.: TC nº 4089.989.22**

**Contas Anuais – Exercício de 2022**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO**, representada por seus procuradores que ao final subscrevem, nos autos do TC em referência, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. Despacho de fls., apresentar as ***Justificativas*** em face do contido no relatório da auditoria dessa C. Corte, fazendo-o com fulcro no previsto pela Lei Complementar nº. 709/93, bem como, requerer a juntada dos documentos pertinentes à matéria em exame.

O processo em tela versa acerca do exame das Contas Anuais do Município de Alvares Machado relativas ao exercício de 2022, devidamente analisadas pelos órgãos técnicos desse Egrégio Tribunal.

A Auditoria dessa Egrégia Corte de Contas, ao elaborar o relatório referente ao resultado da inspeção “*in loco*”, apontou em sua conclusão algumas ocorrências que merecem esclarecimentos por parte da municipalidade.

Porém, antes de adentrar o mérito das questões indicadas pela zelosa auditoria, faz-se relevante registrar que, mesmo após ajustes promovidos pela auditoria, o município deu atendimento mínimo obrigatório nas políticas cruciais da administração pública, conforme quadro abaixo:

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Irregular
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARENCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (déficit)	-3,78%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	15,41%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Não
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	42,14%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	28,14%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,3%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	79,09%
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAUDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	22,45%

Pois bem. Tais dados, extraídos do relatório da fiscalização, evidenciam a *regularidade e a responsabilidade do município no trato da coisa pública*; o bom uso dos recursos públicos pagos pelos contribuintes e o cumprimento do ordenamento jurídico vigente, cumprindo os principais objetivos avaliados por esta E. Corte no tocante à gestão orçamentária e financeira, além da operacional, restando falhas que não são suficientes à rejeição das Contas em exame, razão pela qual, desde já, pede-se, respeitosamente, a essa Colenda Corte de Contas, a emissão de parecer favorável à aprovação das contas do município de Alvares Machado.

Quanto aos demais apontamentos constantes do relatório da auditoria, esses não têm o condão de macular a regularidade das contas em análise e conseqüentemente a sua aprovação, por se constituírem, em sua maioria, de ocorrências de ordem formal, sanáveis ou já regularizadas, ou mesmo passíveis de esclarecimentos e aceitação.

É o que pretendemos demonstrar com estas justificativas, que pedimos, desde já, sejam processadas e acolhidas.

Convém ilustrar, a fim de tornar mais sucintas as alegações, que tomamos a liberdade de enfocar individualmente apenas os itens do relatório nos quais a douta auditoria haja apontado alguma possível irregularidade, permitindo, por desnecessário, passar ao largo dos demais itens, destarte, reputados regulares.

Seguem, portanto, os esclarecimentos e as considerações que se entendem pertinentes, apoiados pela inclusa documentação, na ordem relacionada em relatório de inspeção:

## **II -ESCLARECIMENTOS**

### **A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO**

### **A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO**

#### **B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)**

De início, importante ressaltar que o Município de Alvares Machado vem empreendendo todos os esforços possíveis para melhora do índice e atingimento dos padrões considerados adequados por esta Egrégia Corte de Contas, considerando, inclusive, os apontamentos contidos nas fiscalizações ordenadas ocorridas no período.

Aliás, uma das preocupações do Gestor Municipal é com o planejamento de suas ações. No caso do Município de Alvares Machado, esse assunto se torna ainda mais complicado quando há falta de pessoal capacitado, de equipamentos tecnológicos e principalmente de recursos financeiros. É um grande desafio.

Vale dizer, que é assunto que não se resolve da noite para o dia, demanda tempo, persistência e muita força de vontade. Nesse sentido, o Município está cada vez mais comprometido em planejar todos os setores, buscando cada vez a participação daqueles que usufruíram dos frutos desse planejamento.

Evidentemente não se quer aqui “tapar o sol com a peneira”, falta muito. O Município é onde as coisas acontecem, onde tudo é para hoje, quando não para ontem. Nesse sentido, o planejamento muitas vezes se torna apenas uma peça fictícia, mas por isso mesmo, imprescindível como instrumento de Gestão.

No que diz respeito à previsão na LOA de percentual acima do índice inflacionário, entende o Gestor que não há nada de irregular ou ilegal, o que não se pode é usar tal artifício para a burla da responsabilidade fiscal nem tão pouco desvirtuar o Orçamento planejado, o que não ocorreu no exercício.

O aprimoramento das Peças Orçamentárias e a sua compatibilização é um desafio que aos poucos está sendo parametrizado.

A criação de índices e metas apropriadas a realidade do Município e sua posterior análise é algo que estamos implantando a cada exercício.

Não se nega as dificuldades na compatibilização dos resultados com os índices, não por falta de vontade, mas invariavelmente pela inadequada fixação de indicadores, algo que é novo a nível Municipal.

Há grande comprometimento com a melhora desses assuntos, de modo que os apontamentos efetuados pela Fiscalização foram alvos de análises por toda equipe de gestão e discussões foram iniciadas para que providencias sejam tomadas no sentido de dar atendimento a todas as deficiências apontadas sejam implementadas, nos termos da declaração anexa

**– Docs. anexos.**

Sem embargo das medidas que vêm sendo tomadas pela Prefeitura para atingimento dos padrões considerados adequados por este Colendo Tribunal (Docs. Anexos), é certo que o índice de efetividade da gestão municipal serve somente como referencial de análise para o Tribunal de Contas e para os demais órgãos de controle, pelo que não pode servir, isoladamente, como fundamento para emissão de juízo desfavorável às contas prestadas pelas Prefeituras.

Corroborando tal entendimento, lembra-se que há diversos precedentes na jurisprudência dessa Corte de Contas nos quais o índice **IEG "i-PLANEJ"** atingido também foi o de letra **"C"**, mas ainda assim tal resultado não influenciou negativamente a formação do juízo de convicção dos Nobres Conselheiros deste Tribunal de Contas, visto que, em tais casos, foram emitidos pareceres favoráveis. Nesse sentido:

[...] **RELATÓRIO**

Cuidam os autos das contas anuais do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS, Senhor Francisco Antônio Passareli Momesso, relativas ao exercício de 2015, inspecionadas por UR-15 / Unidade Regional de Andradina.

[...]

**IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal**

<b>I-EGM</b>	<b>B</b>	<b>Componentes de avaliação</b>
--------------	----------	---------------------------------

[...]

<b>i-PLANEJ.</b>	<b>C</b>	<b>Índice Municipal do Planejamento:</b> Investimento, Pessoal, Programas e Metas
------------------	----------	---

[...]

Assim, acompanho os pronunciamentos de ATJ, Chefia de ATJ e MPC, e voto pela emissão de **parecer prévio favorável** às Contas do *Senhor FRANCISCO ANTÔNIO PASSARELI MOMESSO*, Chefe do EXECUTIVO DE MIRANDÓPOLIS no exercício de 2015. [...]

(TCE/SP. TC nº 002202/026/15. Relator: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues. Voto de 04.07.2017)

[...]

**RELATÓRIO**

Contas Anuais do CHEFE DO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO, SENHOR ANDRÉ LUIZ SEVERINO DA SILVA, relativas ao exercício de 2015.

[...]

**IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal**

<b>I-EGM</b>	<b>B</b>	<b>Componentes de avaliação</b>
--------------	----------	---------------------------------

[...]

<b>i-PLANEJ.</b>	<b>C</b>	<b>Índice Municipal do Planejamento:</b> Investimento, Pessoal, Programas e Metas
------------------	----------	--

[...]

Assim, acompanho os pronunciamentos de ATJ, Chefia de ATJ e MPC, e voto pela emissão de **parecer prévio favorável** às Contas do *Senhor ANDRÉ LUIZ SEVERINO DA SILVA*, CHEFE DO EXECUTIVO DE PLANALTO no exercício de 2015.

[...]

(TCE/SP. TC nº 002230/026/15. Relator: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues. Voto de 18.04.2017)

[...] **RELATÓRIO:**

Em exame as contas do PREFEITO MUNICIPAL DE URÂNIA, referentes ao exercício de 2014. À vista das falhas anotadas pela Unidade Regional de Fernandópolis – UR-11 (fls.06/53) apresentou o Responsável, Sr. Francisco Airton Saracuzza, após notificação (fl.58), os seguintes esclarecimentos (expediente TC-000560/011/16 – fls.63/92):

**IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal**

<b>ÍNDICE</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>RESULTADO</b>
---------------	----------------	------------------

[...]

<b>i-PLANEJAMENTO.</b>	<b>Índice Municipal do Planejamento:</b>	<b>C</b>
------------------------	--	----------

Investimento,  
Pessoal,  
Programas e  
Metas

[...]

Nestas circunstâncias, acompanho Chefia de ATJ e Voto pela emissão de **parecer favorável** às contas do PREFEITO DE URÂNIA, relativas ao exercício de 2.015, nos termos do artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 709/93 e do artigo 56, inciso II do Regimento Interno. [...] **(TCE/SP. TC nº 002274/026/15. Relator: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues. Voto de 06.06.2017)**

Assim, o Município de Alvares Machado espera que, na esteira dos precedentes supramencionados, o índice municipal de planejamento, aferido como inadequado, seja relevado ao campo das recomendações, eis que não pode ser considerado fator determinante para o juízo desfavorável por parte dessa Nobre Corte de Contas.

## **B.2. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)**

O assunto deve ser analisado com cautela, considerando as correções efetuadas, tudo dentro da mais lidima realidade. Senão vejamos:

- **A Prefeitura não divulga a arrecadação das receitas em tempo real;**

O Município dispõe de portal da transparência que é alimentado automaticamente com toda a movimentação contábil, na medida de sua execução, incluindo nisso a arrecadação das receitas.

Queremos crer que no momento da inspeção da Auditoria com algum problema técnico não tenha sido possível a sua verificação, contudo, reafirma-se que o sistema está em pleno funcionamento.



• **A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) não foi instituída.**

Sobre o tema, colacionamos esclarecimentos encaminhados pela controladoria do Município, informando que o executivo submeteu o assunto ao Poder Legislativo que entendeu por bem não criar a nível municipal a referida contribuição.

É sabido que os Municípios estão autorizados pelo art. 149-A da CF a cobrar dos cidadãos e das empresas sediadas no território municipal um valor que seja destinado única e exclusivamente para custear o gasto que a prefeitura municipal tem com a manutenção do serviço de iluminação pública em seu território. É a chamada CIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública).

No entanto, foi protocolado na Câmara de Álvares Machado, com data de 30 de setembro de 2019, o Projeto de Lei Complementar nº 01/19, que dispõe sobre “Institui no município de Álvares Machado a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.”

O Projeto foi rejeitado por maioria pelo Plenário em 21/10/19

E diante cenário econômico que enfrentamos, encaminhar novamente um projeto de lei, gera ônus para população neste momento, com certeza será um desgaste para Administração.

Portanto, inviabilizada a adoção de qualquer medida além das já adotadas, inclusive, considerando que o Município estaria impedido de tal cobrança, pelas razões já apresentadas.

**B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**

**B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

**B.4.1. GESTÃO DE CONSULTAS E EXAMES OFERTADOS PELO ESTADO**

**B.4.2. ESTRUTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE**

**B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)**

**B.5.1. ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM**

**B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)**



## **B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)**

No que se refere às propaladas inadequações dos quesitos do IEG-M, os referidos índices foram considerados "efetivos". Essa qualificação atribuída certamente corrobora a boa gestão conduzida pela Administração Municipal de Alvares Machado no exercício em análise.

Além disso, o Município aplicou percentual mínimo em saúde e educação e possui indicadores satisfatórios nos serviços públicos ofertados.

De qualquer forma, seguem os esclarecimentos referentes aos temas levantados pela n. fiscalização de contas, para fins de comprovar a regularidade do feito – **Docs. Anexos.**

Por todo o exposto, considerando que as pequenas inadequações verificadas com relação aos quesitos são meramente formais e certamente não têm o condão de inquinar as contas em exame, roga-se para que sejam elas relegadas ao campo das recomendações.

### **C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Em que pese o entendimento e conclusões emitidas pelo Agente de Fiscalização, roga-se que o assunto seja visto e tratado com outro viés.

De plano é necessário deixar devidamente consignado que não houve a abertura de nenhum centavo de créditos sem a devida autorização legislativa. Quer através da Lei Orçamentaria, quer por Leis específicas editadas no decorrer do exercício.

Vale afirmar ainda, que nenhum centavo foi aberto sem a devida fonte de recursos para a sua cobertura.

O déficit orçamentário estava coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Mais ainda. Como verificado pela Fiscalização o Município experimentou um excesso de arrecadação no exercício de mais de 30 milhões de reais e realizou despesas em investimentos da ordem de 15,41% do orçamento.

Tudo isso exigiu movimentação orçamentária, o que foi feito tudo dentro da legalidade.

É preciso deixar consignado ainda, que ao final do exercício houve uma sobra (economia) de dotação orçamentária de mais de R\$ 4 milhões.

Tudo isso denota que o Gestor cumpriu rigorosamente a Lei, que caminhou com a devida responsabilidade fiscal. Desta forma não deve sofrer qualquer penalidade em relação a execução orçamentária.

Por fim, pugna-se pela aplicação mansa e pacífica Desta Corte no sentido que o assunto quando revestido da situação apresentada, merece o juízo de regularidade. É o que se pode constatar nas jurisprudências que se aplicam de forma análoga ao assunto aqui tratado: TC 147/026/14 – Rafard; TC 1690/026/13 – Santa Maria da Serra e TC 1878/026/13 – Santo Expedito.

Portanto Excelência observe que no caso em tela as movimentações tinham autorização legislativa, tinham lastros efetivos ou tendentes no exercício, não ocasionaram descontrole fiscal e ao final do exercício houve significativa sobre de saldo orçamentário disponível, não havendo, portanto, motivo de ser inquinada a matéria.

#### **C.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA**

Com o devido respeito, a conclusão da Inspeção sobre o assunto não deve prosperar. Os documentos juntados nos arquivos 36 e 37 dão conta dos valores empenhados e pagos referentes aos requerimentos recebidos, contudo, a diferença entre um relatório e outro não deve ser interpretado como “vencidos” e não pagos.

Todos os requerimentos devidos dentro do exercício formam rigorosamente pagos. O saldo remanescente a pagar para o exercício seguinte refere-se a requerimento cujo vencimento ultrapassou o exercício, ou seja, não era exigível naquele momento.

Portanto a situação se reveste de total regularidade.

#### **C.1.9.1. DESPESA DE PESSOAL**

De início, vale esclarecer que - no entender da Administração - tratam-se de despesas oriundas de contratos de programas, bem como de credenciamentos para prestação de serviços de saúde, de forma complementar, através de clínicas próprias e de especialidades, sem qualquer subordinação ou vínculo empregatício e, portanto não se moldam as regras contidas no Artigo 18, § 1º da LC 101/00.

Data vênua, o entendimento da Auditora não deve prosperar com relação à classificação das despesas, por quanto segue:

Segundo dispõe o § 1º do art. 18, da Lei Complementar 101/2000, apenas os contratos de terceirização de mão de obra que se referem especificamente à substituição de servidores (substituição de mão de obra) e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

No plano concreto, **os casos levantados não correspondem à substituição de mão de obra, não devendo, portanto, ser contabilizadas como gastos de pessoal para fins de apuração do índice final nos termos da LRF.**

Além disso, segundo o Manual Básico – Lei de Responsabilidade Fiscal do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Hoje, os limites de despesa de pessoal são previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – RFB, que, em seu art. 18, enumera vários gastos entendidos como de pessoal:

- ⇒ O montante despendido com terceirização de mão de obra que substitui servidores públicos. **Todavia, contratos intermediados por empresas não se inserem, às vezes, na despesa de pessoal;** é assim porque a relação empregatícia está sob a responsabilidade do particular, inexistindo qualquer vínculo jurídico com a Administração Pública. **Nesta situação, o Poder Público contrata um serviço pronto, acabado, fechado, sendo a mão de obra questão afeta, tão somente, ao contratado.**

O caso em análise enquadra-se na ressalva prevista no manual básico deste E. TCE/SP. Houve contratação para prestação de um serviço fechado, sendo o fornecimento de mão de obra de sua responsabilidade, não podendo se falar em substituição de servidores públicos, repisando novamente: não há nos quadros de servidores da Prefeitura os cargos destinados a realizar os atendimentos necessários, inclusive em razão dos altos custos envolvidos na contratação direta, os quais a Prefeitura não conseguiria fazer frente.

Portanto, correto o lançamento efetuado pela Prefeitura Municipal, e equivocada a interpretação pela inclusão dos gastos efetuados em “despesas com pessoal”, conforme entendido pela Auditoria.

No mais, não seria lícito a qualquer Ente, deixar de prestar serviços que estão incorporados às atividades básicas humanas, tais como saúde, educação, energia elétrica e saneamento, sob pena de estarem dando ao homem tratamento degradante ou desumano, que fragilize sua dignidade em afronta ao artigo 5º, III da Constituição Federal.

Sobre o assunto, abalizou o digno doutrinador Diógenes Gasparini ser o princípio da continuidade calcado na impossibilidade de paralisação do serviço público, segue:

*“Os serviços públicos não podem parar, porque não param os anseios da coletividade. Os desejos dos administrados são contínuos. Daí dizer-se que a atividade da Administração Pública é ininterrupta.”*  
(Direito Administrativo, 5ª ed., p. 15).

Desse modo, visando complementar a estrutura já existente no Município, a Municipalidade optou por realizar as contratações visando complementar os serviços garantidos pela Carta Magna.

Lembrando que o Supremo Tribunal Federal admitiu a possibilidade de terceirização de atividades fim, devendo o Executivo local utilizar processos seletivos, caso configurada a hipótese legal, ou a contratação por meio de procedimento licitatório.

São despesas inquinadas foram pagas a Consórcio de direito público, de natureza autárquica do qual o Município faz parte.

Assim sendo, entende-se que tais despesas não devam ser consideradas como terceirização de mão de obra, ou menos a sua grande maioria.

Assim sendo roga-se a aplicação do entendimento exarado pelo Eminentíssimo Conselheiro Dimas Ramalho nas contas da Prefeitura de Américo Brasiliense, TC 6730/989/21, sendo que por simetria também pode-se colacionar os seguintes julgados: TC-000532/026/14, TC-000517/026/09, TC-000386/026/09 e TC-002615/026/07.

Outro julgado favorável que relevou a matéria, julgando regular o feito, foi o parecer das contas relativas ao exercício de 2019, de Monteiro Lobato, senão vejamos:

*TC-004550.989.19-8 - PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS – PARECERES Prefeitura Municipal: Monteiro Lobato. Exercício: 2019. Prefeito: Daniela de Cássia Santos Brito. Advogado(s): José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Maria Aparecida Souza Bastos (OAB/SP nº 188.373), Marcelo José Pimentel Barbosa (OAB/SP nº 341.955), Aline Grazielle Fleitas Cano (OAB/SP nº 351.475), Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306) e outros. Procurador(es) de Contas: Élide Graziane Pinto. Fiscalizada por: UR-7. Fiscalização atual: UR-7.*

*EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DE DESPESA. SITUAÇÃO FISCAL EM ORDEM. NECESSIDADE DE AVANÇOS NA GESTÃO EM RELAÇÃO AO IEGM. DEMAIS FALHAS NÃO COMPROMETEM. FAVORÁVEL. ALERTA.*

Segue trecho extraído do voto: “As despesas com pessoal e reflexos não ultrapassaram o limite máximo fixado pelo artigo 20, inciso III, letra “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois corresponderam a 44,21% da receita corrente líquida do município. Esse índice foi considerado na instrução dos autos após a inclusão de valores pertinentes à contratação de médicos para atendimento no município por meio de pessoa jurídica, em virtude do que estabelece o § 1º do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo ajuste também foi realizado nas contas municipais de 2016, 2017 e 2018. Neste último exercício, a origem foi advertida para proceder ao registro desse tipo de despesa



*de acordo com sua natureza, classificando-a sob o código contábil “3.3.90.34.00 –Outras.”*

Trata-se de casos idênticos ao do Município, razão pela qual, em respeito ao princípio da segurança jurídica, não se deve alterar a própria jurisprudência para reprimir decisões proferidas anteriormente.

A segurança jurídica há de ser vista como sendo um enunciado principiológico com hierarquia superior, isto é, contendo um valor que deve ser aplicado de modo absoluto para consagrar a força do Direito quando vinculado as situações concretas conflituosas e que estão a exigir pronunciamentos administrativos e, especialmente, judiciais que as estabilizem.

Desse modo, o Município de Alvares Machado espera que referido apontamento seja relevado ao campo das recomendações, eis que não podem ser considerados fator determinante para a juízo desfavorável por parte dessa Nobre Corte de Contas.

#### **C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

Com a devida vênia, entende-se que os cargos em comissão em vigor atendem plenamente os requisitos legais. Inclusive porque houve recente reestruturação dos cargos por meio da Lei Complementar nº 28/2021, que altera dispositivos da Lei nº 2.612/2009, da Lei nº 2.723/2011 e dá outras providências – **Doc. Anexo.**

Portanto, todos os cargos encontram amparo na exceção fixada pela CF/88, assim também o sendo em relação à Constituição. São, todos eles, sem exceção, de “direção, chefia ou assessoramento”, preenchendo, pois, a exigência constitucional de liame de confiança e transitoriedade impostos à espécie.

Registre-se, por importante, que a forma de provimento do cargo é que está ligada ao requisito da “transitoriedade”. Por outro lado, a manutenção do servidor no cargo está ligada apenas ao requisito da confiabilidade que deve existir entre o ocupante do cargo e gestor público.

É dizer: Os cargos de provimento em comissão, ou seja, aqueles de “direção, chefia e assessoramento”, sempre existirão, não sendo, assim, transitórios. A transitoriedade diz respeito apenas e tão somente às pessoas que ocuparão referidos cargos, a depender do elo de confiabilidade que mantêm com o gestor público.

Rememore-se que as exceções previstas na CF/88, têm razão de ser. E nem haveria por que ser diferente. Objetivando evitar abusos praticados no passado, uma das Emendas a que se sujeitou a CF/88, foi taxativa ao limitar contrações para apenas e tão somente para as hipóteses de “direção, chefia e assessoramento”.

Quanto ao tema vale registrar que até por definição gramatical, os substantivos “direção”, “chefia” e “assessoramento”, significam:

- a) Direção - “arte ou efeito de Dirigir – Cargo de diretor; diretoria – Corporação presidida por um diretor – critério - norma – rumo”.
- b) Chefia, derivado de “chefe”, significa: “Cargo de chefe – o principal entre outros – aquele que exerce autoridade, dirige ou governa”.
- c) Assessoramento, derivado de “assessor”, significa: Adjunto – Assistente – Quem auxilia – Organismo que assessora”.

Numa ordem concatenada de raciocínio, conclui-se que “direção, chefia e assessoramento”, pela própria definição gramatical, são funções que, como requisito de validade, impõem a preexistência de uma estrutura administrativa que possibilite um organograma funcional capaz de assegurar a organização do serviço de forma hierárquica.

Como se vê, não procedem as alegações tecidas pela D. Fiscalização, pois as atribuições dos cargos em comissão foram descritas na lei de forma clara e objetiva, sendo possível extrair as características de chefia, direção e assessoramento.

Nesse sentido, a previsão contida no Comunicado SDG nº 32/2015 que ainda nos dias atuais é utilizada para orientação sobre o tema dispõe que:

*“8. as leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado.”*

Desta forma, pugna-se pela regularidade do assunto, considerando o total atendimento aos preceitos da lei e do comunicado SDG que prevê a necessária definição das atribuições e nível de escolaridade exigido.

De qualquer forma, encaminhamos declaração da área responsável, que demonstra todo o comprometimento do município em promover uma gestão de excelência, esclarecendo o seguinte:

A Administração está realizando um estudo para reorganização dos cargos de provimento em comissão destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Pública Municipal. Os ajustes estão sendo feitos, o emprego público de Assessor de Comunicação e Protocolo, foi extinto através da Lei Complementar nº 28 de 21 de maio de 2021, no artigo 8º da presente lei.

No que diz respeito ao pagamento de horas extras, esclarecemos que há justificativas claras que demonstram não haver falhas de planejamento e da gestão dos recursos humanos.

Nesse sentido, segue justificativa encaminhada pela área técnica responsável:

Diante do quadro atual apresentando do aumento na quantia de HORAS EXTRAS em alguns departamentos, foram para manter os serviços essenciais na área da saúde, obras e educação. Informo que o Departamento de Recursos Humanos encaminhou para todas os responsáveis da divisões reforçando as medidas necessárias para realização de horas extras, como também a fundamentação da realização das horas extras realizadas, com o objetivo de evitar gastos desnecessários. (segue anexo o memorando).

De acordo com os esclarecimentos ora acostados, considerando que as horas extras foram fundamentadas, sendo controladas e tão somente realizadas em razão dos motivos expostos anteriormente, não há que se falar em eventual reconhecimento de irregularidade.

Os serviços prestados pelos funcionários foram de suma importância ao interesse público pretendido, razão pela qual está plenamente justificada a situação excepcional posta, demonstrando que no exercício em exame o gestor não mediu esforços no enfrentamento da pandemia, nos exatos termos do quanto espera este E. Tribunal de Contas.

Portanto, comprovada a regularidade da matéria, espera que referidos apontamentos sejam relevados ao campo das recomendações, eis que não podem ser considerados fatores determinantes para o juízo desfavorável por parte dessa Nobre Corte de Contas.

#### **D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

Aponta a n. Fiscalização que ocorreu no exercício o empenhamento no Fundeb de 100,30% de despesas em relação a receita, exigindo assim que a Inspeção verificasse “in loco” o ocorrido.

Conforme declarado, ao final do exercício houve o processamento de despesa que entendia o Gestor cumpriria em números exatos a receita prevista do Fundo, no exercício. Contudo, a última parcela creditada no último dia de expediente bancário acabou por ser menor do que a prevista, assim, a despesa acabou por ficar maior do que a receita em 0,3%.

Isso tudo se explica quando a Prefeitura processa em tempo real aos atos e fatos contábeis. O empenho que excedeu era indivisível e com isso acabou por exceder.

De qualquer forma, o valor a maior foi suportado pelo Tesouro, não consistindo nisso qualquer prejuízo ou desvios de recursos, ao contrário, demonstra a total transparência dos registros diante da situação fática.

Portanto, justificada a situação posta, em termos técnicos, que sequer traz qualquer prejuízo ou comprovação de desvios de recursos, requer-se o reconhecimento da regularidade da matéria, servindo, no máximo, de recomendações à origem.

#### **E.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Informamos que, com o objetivo de regularizar as desconformidades apontadas pela fiscalização, a Administração Pública realizou a inclusão no sítio eletrônico da Prefeitura do link “Transparência” (<https://www.alvaresmachado.sp.gov.br/publicacoes/Todas>) com todas as informações requisitadas, em conformidade com a legislação vigente.

Desta forma, considerando que o Município disponibiliza tanto em seu sítio oficial quanto no portal da transparência do Município conforme determina a Lei nº 12.527/2011, requer-se a desconsideração do apontamento em apreço.

Por todo o exposto, Excelência, os apontamentos realizados pela n. fiscalização de contas, embora de extrema importância e assim tratado pelo município, é de ordem formal, sem o condão de acarretar máculas no julgamento das Contas Municipais. Contudo, não obstante, a Administração espera ter demonstrado estar à frente das providências

necessárias, a fim de aperfeiçoar o quanto necessário para a ideal prestação das informações aos munícipes e demais interessados.

## **E.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

A equipe de fiscalização aponta em seu relatório algumas divergências entre os dados informados pela origem e os apurados pelo Sistema Audeps.

Com relação as divergências detectadas pela n. fiscalização, importante mencionar que a equipe responsável pelo sistema de software, tomou conhecimento dos apontamentos e juntamente com o Setor Contábil estão envidando esforços na verificação dos dados, para fins de parametrizar o necessário a estar em conformidade com o sistema AUDESP.

Sem embargo de todos esses argumentos, há que se reconhecer também que as inconformidades detectadas pela Auditoria em nada maculam a prestação de contas, já que detalhadamente consignados no relatório após análise da equipe de fiscalização.

Por todo o exposto, uma vez que a Municipalidade busca proceder à correção de erros encontrados nos lançamentos efetuados no AUDESP, pugna-se, desde já, pela relevação da incongruência em tela.

## **F.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

É fato que os ODS da Agenda 2030 da ONU servem de parâmetro para que o administrador público busque eficiência em sua gestão e alcance os objetivos como forma natural de comportamento gerencial em uma administração pública complexa vivenciada nos dias atuais.



O alcance destes objetivos exige uma postura mais ativa do gestor público que, à míngua dos recursos orçamentários e financeiros de um Estado garantidor de tantos direitos sociais, deve se desvencilhar da burocracia e processos morosos para que consiga cumprir as metas de desenvolvimento.

Inclusive, o controle externo, neste aspecto, exige mudança de paradigma na conduta do gestor conquanto se observa sua qualificação como órgão com função social e não apenas técnico, mormente quando adota em seus processos de controle as chamadas auditorias operacionais.

Fatores como este levam a uma conclusão diversa da adotada no relatório da nobre auditoria, qual seja, a de que os objetivos serão alcançados em 2030 uma vez que a postura do gestor público não poderá ser outra senão a de busca atingir as metas ditadas pela agenda 2030 da ONU, em especial quando se trata da questão ambiental.

Inclusive, toda ação efetiva do Estado para incrementar um direito social como os que estão elencados e posicionados na agenda 2030 demandam recursos financeiros de alto relevo, até porque os direitos possuem custo econômico, sobretudo, considerando que a pandemia mundial de COVID-19 instaurada trouxe uma instabilidade em todos os aspectos aos gestores da administração pública.

Direcionar à regra da reserva do possível não é a melhor via; mas buscar eficiência na gestão.

Administrar sem eficiência traz uma responsabilidade maior ao gestor e um peso para a população.

A municipalidade não está economizando esforços para que em 2030 os objetivos de desenvolvimento social estejam implantados e cheguem à população sem discriminação.

No mais, referidos apontamentos merecem ser observados a cada ano de fiscalização e na medida de sua implementação em um processo constante de progresso social e efetivação das políticas públicas.

Por todo o exposto, o apontamento formulado não merece prosperar, uma vez que nos próximos exercícios referido apontamento será corrigido, sendo medida impositiva o reconhecimento da regularidade do feito, com, no máximo, recomendações à origem.

### III- CONCLUSÃO

Lançadas as justificativas e a documentação acostada aos autos, espera a Prefeitura Municipal de Alvares Machado ter esclarecido plenamente as notas formuladas pela Fiscalização e, considerando o que mais consta do Relatório, entendemos ter sanado todas as dúvidas acerca da matéria avençadas nas *Justificativas*.

Portanto, diante da litude dos procedimentos adotados, requer a municipalidade sejam conhecidos os presentes esclarecimentos, concluindo-se, ao final, pela integral regularidade das Contas Municipais apresentadas, sendo produzido **Parecer Favorável** acerca da matéria em exame.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 11 de setembro de 2023.

**Aline Grazielle Fleitas Cano**

**OAB/SP nº 351.475**

**José Américo Lombardi**

**OAB/SP nº 107.319**